



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

TOMADA DE POSIÇÃO

MEC NÃO PODE BRINCAR COM O SALÁRIOS DOS TRABALHADORES DAS ESCOLAS DE ENSINO ARTÍSTICO O ENSINO ARTÍSTICO DEVE SER VALORIZADO

A formação artística é reconhecida pelo seu elevado valor educativo e cívico e, entre muitos outros benefícios, é promotora de competências de entreajuda e socialização, ao mesmo tempo que fomenta o equilíbrio afetivo-emocional, o cognitivo e o psicomotor, enquanto estimula ainda a inteligência e referencia positivamente a personalidade dos jovens.

Em Portugal, infelizmente, esse extraordinário valor da formação artística não tem sido reconhecida pelos governantes que, progressivamente, têm vindo a empobrecer o currículo escolar com, entre outras medidas, a desvalorização dessa mesma formação.

Apesar das políticas adversas, a formação artística, designadamente, a música e a dança, tem mantido uma forte presença na educação e formação dos jovens, por opção dos pais, que procuram respostas que só têm sido possíveis por existir uma larga rede de escolas de ensino artístico, na esmagadora maioria de natureza particular ou cooperativa e que são propriedade de entidades associativas sem fins lucrativos.

Estas escolas têm modelos de financiamento distintos, conforme a região em que se situam, mas vivem o mesmo problema: o inacreditável e inaceitável atraso com que são transferidas verbas para o seu funcionamento e satisfação de todos os seus compromissos, incluindo-se aqui, entre outras despesas, pagamentos ao Estado, descontos para fins sociais, remunerações dos trabalhadores ou pagamento a fornecedores.

Independentemente do modelo específico de financiamento, a maioria dos mais de 3.000 professores e trabalhadores não docentes destas escolas têm os seus salários atrasados, em média, entre 3 e 5 meses, o que está a provocar situações de vida muito complicadas para inúmeros desses trabalhadores, tendo alguns sido obrigados a suspender a relação laboral com as suas escolas e algumas destas a interromper a sua atividade, com prejuízo óbvio para os alunos.

Em relação às escolas que passaram a depender de financiamentos comunitários, não é aceitável que os mesmos não respeitem os tempos de satisfação de compromissos financeiros, obrigando a que sejam contraídos empréstimos, cujos juros não são elegíveis para financiamento; relativamente às escolas que dependem do Orçamento do Estado, incompetência elou procedimento deliberado são as únicas razões que podem justificar qualquer atraso.

Face à situação que está a ser vivida o ensino artístico e que é sentida pelos seus profissionais, docentes, trabalhadores não docentes, alunos, pais e encarregados de educação, bem como por todos os cidadãos que neste dia 9 de fevereiro decidiram concentrar-se em protesto junto ao Ministério da Educação e Ciência, reclamamos:

- O pagamento imediato de todos os salários em atraso aos trabalhadores docentes e não docentes das escolas de ensino artístico, o que obriga à imediata transferência das verbas em falta para as escolas;

- A garantia, por parte do MEC, de que, até final do ano não haverá novo atraso nas transferências financeiras;

- A revisão do modelo de financiamento do ensino artístico, estabelecendo-se um que garanta segurança em relação ao futuro e respeite os tempos adequados à satisfação dos compromissos financeiros por parte das escolas;

- A uniformização do modelo de financiamento de todas as escolas de ensino artístico, devendo o Estado Português, nesse domínio, assumir as responsabilidades que lhe são atribuídas, designadamente pela Lei de Bases do Sistema Educativo;

- O apuramento de responsabilidades relativamente aos erros verificados nos documentos enviados ao Tribunal de Contas que, por várias, vezes, foram devolvidos ao MEC.

Com o objetivo de denunciar a situação atual mas, essencialmente, de a conseguir alterar positivamente, serão desenvolvidas diligências junto das seguintes entidades nacionais e internacionais: Provedor de Justiça; Tribunal de Contas; grupos parlamentares; gestão nacional do POPH/POCH; deputados portugueses no Parlamento Europeu; Comissão Europeia; Escritório em Lisboa da OIT.

Caso o não pagamento dos salários se mantenha, os trabalhadores docentes e não docentes das escolas de ensino artístico farão nova jornada de luta em 2 de março, podendo esta assumir a forma de manifestação ou greve nacional.

Lisboa, 9 de fevereiro de 2015

A Concentração Nacional de Professores